

EMPREENDEDORISMO E EXPROPRIAÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Maria Augusta Tavares¹

Para começo de conversa, discordamos de todas as teorias que apregoam uma sociedade pós-capitalista, seja ela pós-industrial, pós-fordista, pós-moderna ou congênere. Mas pensamos ser razoável admitir que a sociedade do fim do século XX e do início do século XXI expressa mudanças culturais, políticas e econômicas que estão a merecer a nossa atenção. Tais mudanças, evidentemente, não resultam, a nosso ver, num novo modo de produção, mas introduzem práticas que, sem romper com o fim capitalista, induzem a confusões teóricas, ao ponto de não serem poucos os seguidores de teóricos² que, sob diferentes denominações e concepções, anunciam uma nova sociedade. Todas, no limite, tendem à negação do assalariamento como a sua base.

Ora, se o trabalho assalariado é a base da economia capitalista, a sua inexistência permite concluir pelo fim da relação capital/trabalho, portanto, também pelo fim da sociedade capitalista. Lembremo-nos de que quando o capitalismo se transformou em capitalismo monopolista também se afirmou ter deixado de ser capitalista, ao que retrucou Lênine: “nós permanecemos, apesar de tudo, no *capitalismo*, embora numa sua nova fase, mas indubitavelmente no capitalismo” (2011, p. 77).

Sobretudo a partir dos anos 1980, temos acompanhado a popularização de uma sociedade fundada na informação. Nesta sociedade, o trabalho e o capital, as variáveis básicas da sociedade industrial, seriam substituídos pela informação e pelo conhecimento, donde poderíamos concluir que, agora, o conhecimento, e não o trabalho, seria a origem do valor. Essa limitada perspectiva histórica dos teóricos da informação é criticada por Kumar (1997), porque eles “atribuem a fenômenos atuais o que é a culminação de tendências enraizadas profundamente no passado” (1997,

¹ Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – Brasil (Aposentada) Investigadora Integrada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

² Entre outros, destacamos: Daniel Bell – *The Coming of Post-Industrial Society* (1973); Peter Drucker – *The Age of Discontinuity* (1969); Alvin Tofler – *O choque do futuro* (1970).

p. 30). Por essa trilha, seus estudos indicam que, “para muitos trabalhadores, a nova tecnologia da informação implica redução e não aumento de conhecimento e controle” (Idem, p. 35).

Entretanto, Estado e mercado, unidos como jamais estiveram, tentam convencer os trabalhadores de que as relações de produção atuais lhes garantem uma suposta autonomia, quando na prática o comando capitalista assume não só o controle do trabalho, mas também da vida toda do trabalhador. Nesse contexto, é possível observar que as relações interpessoais são cada vez mais empobrecidas, dadas as poderosas alavancas de concorrência interindividual, fomentadas, principalmente, pelas novas formas de gestão do trabalho. Mas não só. O desemprego, a precariedade e a insegurança decorrentes dos planos de austeridade adotados pelos Estados, ao tempo que destroem a solidariedade e as ações coletivas, fomentam o mais brutal individualismo, mediante uma individualização radical que faz com que a crise social seja percebida como crise individual, pela qual cada sujeito é individualmente responsável.

Verifica-se que esse princípio liberal – agora orientado pelo neoliberalismo – define novos modos de subjetivação, uma vez que, “antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente, uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (DARDOT: LAVAL, 2016, p. 17).

No prefácio à edição brasileira da obra acima referida, seus autores dizem sobre o neoliberalismo: “É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo **a lógica do capital** a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Grifo nosso). Note-se que, nesta passagem, a referência à lógica do capital permite deduzir que os autores não alinham suas análises aos que advogam uma sociedade pós-capitalista, o que não os impede de afirmar “outro regime de acumulação” e também “outra sociedade”, cuja forma de governar (sem se identificar com um exercício ditatorial) não é mais democrática (Idem, p. 24). Pensamos que tal afirmação se assemelha ao que, em fase anterior, dissera Lênine: “na

sociedade capitalista temos uma democracia truncada, miserável, falsa, democracia apenas para os ricos, para a minoria” (2011, p. 99).

Na perspectiva assumida por Dardot e Laval (2016), a atual forma do capitalismo e os mecanismos da crise “são efeito contingente de certas regras jurídicas, não consequência necessária das leis da acumulação capitalista”³ (Idem, p. 25). Eles percebem “*um reajuste de conjunto do dispositivo Estado/mercado*” (Idem, p. 386), mas não concordam com os economistas que percebem nesse reajuste a condução a um novo modo de produção. “É mais certo – afirmam – que estejamos entrando em uma nova fase do neoliberalismo” (Idem, ibidem), cujo sucesso é explicado sob três aspectos: 1) político – “a conquista do poder pelas forças neoliberais”; 2) social – “a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres”; e 3) subjetivo – “o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas” (Idem, p. 16).

Sem ter como foco as novas patologias psíquicas, esse “novo sujeito” está no centro das nossas preocupações. Quem leu *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*⁴, escrito por nós em 2002 e publicado em 2004, deve lembrar-se de que chamávamos a atenção para a estratégia capitalista adotada por muitas empresas, que se livraram dos seus empregados, incentivando-os a se transformar em empresa, sob a promessa de, posteriormente, estabelecerem novas relações em um patamar superior.

³ Para os autores referenciados, as lições de Marx são insuficientes “para desvelar o segredo dessa estranha faculdade do neoliberalismo de se estender por toda a parte apesar de suas crises e das revoltas que suscita em todo o mundo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21). Segundo eles, “O neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades. Ele não pode ser reduzido à expansão espontânea da esfera mercantil e do campo de acumulação do capital” (Idem, ibidem). Essa concepção não vê a dominação do capital sobre o trabalho na forma de uma “coerção muda”; “trata-se de compreender, mais especificamente, como a governamentalidade neoliberal escora-se num *quadro normativo global* que, em nome da liberdade e apoiando-se nas margens de manobra concedidas aos indivíduos, orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos” (Idem, ibidem). Entendemos que os autores se referem a um determinismo monocausal que condiz com o que eles mesmos denominam “marxismo estreito”. Nas suas palavras, a análise feita por eles “vai ao encontro das intuições mais profundas de Marx, que compreendeu muito bem que um sistema econômico de produção era também um sistema antropológico de produção” (Idem, p. 27).

⁴ TAVARES, M. A. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. SP. Cortez, 2004.

Naquela nova organização, os trabalhadores seriam elevados à condição de donos do seu próprio negócio, e os patrões passariam a ser seus clientes. Assim, em lugar de os ex-patrões se relacionarem com os trabalhadores na esfera da produção, passariam a encontrá-los na esfera da circulação. Seriam agora – antigos patrões e antigos empregados – agentes econômicos que se enfrentariam no mercado em igual condição, porquanto a relação deixava de ser compra e venda de força de trabalho, para ser compra e venda de trabalho objetivado numa mercadoria. Desnecessário detalhar esse embuste, sobre o qual nos debruçamos naquele livro. Importa ressaltar apenas o que há de novo.

À época, víamos a adoção daquelas mudanças como artifício usado pelo capital para intensificar a exploração do trabalho, mediante formas de gestão que reduziriam os custos da produção, pelo cancelamento da proteção social e pela transferência dos riscos da produção ao trabalhador. Tudo isso fora possibilitado pela troca do salário por tempo pelo salário por peça, mudança que se sustentara numa promessa aos trabalhadores de que, em tese, teriam mais liberdade e autonomia sobre a sua produção. Ora, havia algo de podre no reino da Dinamarca⁵. A possibilidade de uma relação comercial não retirava do trabalhador a obrigação de produzir, tampouco fazia desaparecer o assalariamento. “O salário por peça nada mais é que uma forma metamorfoseada do salário por tempo” (MARX, 1984, p. 139). Tal metamorfose continuava assegurando o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, nos termos marxistas. Apesar da aparente autonomia dos trabalhadores, o comando permanecia do capital.

A propriedade dos meios de produção, que devia cancelar a desigualdade entre quem produz e quem controla a produção, era, ao contrário, um instrumento pelo qual o trabalhador pagara para continuar sendo explorado, agora sem proteção social e com todos os riscos financeiros. Apesar de tudo isso, em face da nova divisão internacional do trabalho, do desemprego criado pelo desenvolvimento tecnológico e dos

⁵ A expressão foi cunhada por Shakespeare, para referir-se às traições e homicídios que ocorrem na tragédia *Hamlet*.

ajustes demandados pela flexibilidade nos processos produtivos e na gestão do trabalho, tornaram-se mais comuns as atitudes defensivas que as manifestações de rebeldia dos trabalhadores, o que não significava uma absoluta concordância.

Na última década, o que já era ruim ficou bem pior. A crise assume dimensões inimagináveis, agravada pela ausência do Estado social, que quase já não faz nenhuma concessão aos trabalhadores. A atuação do Estado é voltada predominantemente aos interesses do mercado, pondo em dúvida até mesmo a democracia, como sugerem Dardot e Laval (2016). Expandem-se as privatizações, aumentam os impostos, impõem-se reformas, como se fossem esses os últimos recursos do governo para garantir a sobrevivência dos trabalhadores, quando, na verdade, o objetivo é a preservação do capital.

Nesta fase do desenvolvimento capitalista, todos os movimentos do Estado na sua forma de governar tendem a fortalecer o capital financeiro. Este amplia o seu domínio ao ponto de tirar proveito até de atividades cujo trabalho não é produtivo nem improdutivo ao capital. Referimo-nos aos microempresários individuais (MEI), cujas atividades são desenvolvidas no âmbito da circulação simples. Pode-se dizer que não são produtivos nem improdutivos ao capital, pois a sua produção é de mera sobrevivência. Quando o dinheiro é trocado por mercadoria, enquanto valor de uso, extingue-se no consumo dessa mercadoria. É o que acontece nas chamadas microempresas, nas quais o valor criado não se conserva. No entanto, graças ao artifício pelo qual o Estado transforma o trabalhador em empresa, até aquela atividade que funciona com um único sujeito é incentivada a relacionar-se com o capital financeiro, através do sistema de crédito.⁶ A

⁶ Esse é o objeto da tese de doutoramento de Japson Gonçalves Santos Silva, defendida na UERJ, em março de 2017. Intitulada *Cenas alagoanas na informalidade de rua: um olhar sobre os vendedores ambulantes do semiárido alagoano*, a tese trata de atividades orientadas à sobrevivência, que foram conduzidas a assumir a lógica que convém ao fim capitalista. Os trabalhadores foram travestidos de empresário, embora eles sejam apenas gestores da sua força de trabalho. A suposta empresa é, na verdade, trabalho precarizado, que se expressa em longas jornadas, baixos rendimentos e muitas condições adversas. O trabalho continua a ser exercido informalmente, mas enquanto empresa o sujeito foi integrado ao capital, via empréstimos no sistema bancário. O que de novo se observa é que essa integração ao capital não se dá, diretamente, pela exploração da mais-valia, mas pelos

produção desse sujeito, agora empresa, em muitos casos, mal atende às suas necessidades básicas, mas ele é pomposamente chamado de empreendedor. Nessa condição, torna-se um contribuinte dos cofres públicos e paga juros ao sistema bancário. É esse sujeito o objeto deste artigo.

Estamos diante de uma relação capital/trabalho em que não há exploração, mas expropriação. A nós seria plausível uma reação, uma manifestação de protesto. Mas, salvo raras exceções, a ideia de produzir e de viver sob o capitalismo, sejam quais forem as estratégias de preservação do sistema, é cada vez menos questionada. No caso em análise, nem os próprios sujeitos nem a sociedade parecem perceber que o manto da bondade de que se cobrem os bancos e os programas do governo que incentivam o empreendedorismo é, na verdade, um assédio para vender dinheiro, do qual o sistema financeiro e o Estado tiram proveito. O primeiro pelos juros, e o segundo por falsear os índices de desemprego.

Ante essa realidade, ousamos afirmar que o empreendedorismo expropria o coração e a mente dos trabalhadores. Já não basta ao capital ter o comando da produção de trabalhos informais e precários, sem garantir proteção social aos trabalhadores; é preciso comandar a alma do trabalhador. Ou seja, é necessário produzir nos trabalhadores uma subjetividade ainda mais alienada; é preciso operar uma espécie de hipnose que não lhes proporcione dúvida alguma quanto à responsabilidade que cada um tem consigo mesmo, o que, por sua vez, libera o Estado de responsabilidades sociais que, formalmente, consubstanciam a sua função. O que estamos tratando, aqui e agora, como expropriação deve ser incorporado como uma lógica produzida pelo próprio sujeito. Sua vida são suas escolhas.

juros pagos ao banco. Evidentemente, o dinheiro com o qual os juros são pagos advém do trabalho, mas isso não caracteriza a exploração de mais-valia. Vê-se que a realidade mudou, ou como diria Dardot e Laval (2016), embora orientado à acumulação capitalista, o regime de acumulação não é exatamente o mesmo. Os meios não são extraeconômicos, como foram na acumulação primitiva, tampouco seguem a forma clássica da exploração capitalista. Trata-se de uma ação disciplinadora adotada pelo Estado, da aplicação de técnicas de conduta de um processo “autorrealizador”, que conduz os indivíduos a se adaptarem a uma lógica de expropriação que eles mesmos produzem.

A expropriação da subjetividade: “a empresa de si mesmo”

Quando atentamos para o empreendedorismo sob a ótica da expropriação da subjetividade, não sabíamos que a nossa observação ia ao encontro de uma das figuras mais emblemáticas da reestruturação produtiva do capital. “Foi Margaret Thatcher quem deu a formulação mais clara dessa racionalidade: *‘Economics are the method. The object is to change the soul’* [A economia é o método. O objetivo é mudar a alma]⁷ (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331). O que para nós era hipótese, revela-se proposta global de formação para os trabalhadores. Não é um mero discurso, mas conteúdo que deve ser intelectualizado e incorporado pela sociedade, tendo em vista a integral captura da subjetividade do trabalhador.

Das nossas observações evidenciam-se alguns fatores que contribuem para essa expropriação da subjetividade. Entre outros: o aporte legal de sustentação garantido pelo Estado; o quase total desaparecimento da discussão e das práticas que deviam nutrir a efervescência das classes subalternas; a brutal concorrência entre indivíduos; a polarização entre os poucos que são bem-sucedidos e os muitos que são obrigados a desistir; enfim, a destruição do coletivo e a celebração do individualismo, numa forma tão brutal que nos remete aos campos de concentração nazistas. Impossível não lembrar do Primo Levi, em *Os que sucumbem e os que se salvam*. Como numa guerra, estão sendo aplicadas técnicas para aniquilar a personalidade do trabalhador, para torná-lo colaborador do sistema que os aprisiona e aniquila. Talvez possamos até tirar lições daquela experiência extrema, o que indica a gravidade da atual fase do desenvolvimento capitalista.

Para Dardot e Laval (Idem), por um lado, o sofrimento causado pela subjetivação neoliberal não exclui a possibilidade de uma revolta em muitos países; por outro, ao contrário, as mutações subjetivas operam “no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição, que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas” (Idem, p. 9).

⁷ Em *Sunday Times*, 7 de maio de 1988.

Contudo, as políticas neoliberais em lugar de se enfraquecer são fortalecidas. Para explicar esse sucesso, os autores acima referidos se valem do conceito de racionalidade política elaborado por Michel Foucault, nas pesquisas que dedicou à questão da “governamentalidade”⁸. Nessa perspectiva, a razão governamental “é um dos tipos de racionalidade que são empregados nos procedimentos pelos quais se dirige, através de uma administração de Estado, a conduta dos homens” (Idem, p. 17). Essa ideia de governo é tomada por Foucault como atividade e não como instituição, “entendida no sentido amplo de técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens” (Idem, p. 18) e, portanto, visando remodelar a subjetividade.

Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

O domínio, repetimos, não se dá pela coerção, mas “visa na verdade um *autogoverno* do indivíduo, isto é, produzir certo tipo de relação deste consigo mesmo” (Idem, p. 18). Nessa perspectiva, a liberdade é condição de possibilidade: “governar não é governar *contra* a liberdade ou a *despeito* da liberdade, mas governar pela liberdade” (...), para que os indivíduos “venham a conformar-se por si mesmos a certas normas” (Idem, p. 19). Evidentemente, mediante uma “mercantilização sorrateira”, expande-se “a racionalidade de mercado a toda existência por meio da generalização da forma-empresa” (Idem, p. 27). Essa lógica, para além do mercado, investe na produção de uma subjetividade contábil que já está sendo levada às escolas, demonstrando a função formadora a que nos referimos antes.

Essa concepção do indivíduo empreendedor interessa, inclusive, à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e à

⁸ “O termo ‘governamentalidade’ foi introduzido precisamente para significar as múltiplas formas dessa atividade pela qual os homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governá-los” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 18).

União Europeia, as quais, embora não explicitem os focos do discurso do indivíduo-empresa universal, “serão continuadoras poderosas deles, por exemplo, tornando a formação dentro do ‘espírito de empreendimento’ uma prioridade dos sistemas educacionais nos países ocidentais”⁹ (Idem, p. 154).

O que está em jogo nesses exemplos é a construção de uma nova subjetividade, o que chamamos de “subjetivação contábil e financeira”, que nada mais é do que a forma mais bem acabada da subjetivação capitalista. Trata-se, na verdade, de produzir uma relação do sujeito individual com ele mesmo que seja homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um “capital humano” que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais (Idem, p. 31).

Pois bem, embora nosso foco seja, predominantemente, o empreendedorismo, impõe-se esclarecer que a racionalidade neoliberal não se restringe apenas ao *selfemployed*. Empresa é o nome que se deve dar ao governo de si mesmo, e como tal o sujeito deve agir, seja ele alguém que trabalhe para si ou para outrem.

[...] o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir (Idem, p. 327).

Bob Aubrey¹⁰ (*apud* DARDOT e LAVAL, 2016) tomou de Foucault a expressão “empresa de si mesmo” e transformou-a num método de formação profissional, numa técnica de desenvolvimento para a vida. Por suposto, a vida dos trabalhadores. “No novo mundo da ‘sociedade em desenvolvimento’,

⁹ Avança, no Brasil, a inclusão do empreendedorismo em currículo escolar. O projeto do senador José Agripino Maia propõe mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para incluir o estudo do empreendedorismo nos currículos dos ensinos fundamental e médio e na educação superior.

¹⁰ Autor de *Le travail après la crise*. Paris, InterEditions, 1994, e de *L'entreprise de soi*. Paris, Flammarion, 2000, defende a ideia da empresa de si, como uma formação necessária a esse novo homem. Nas palavras de Dardot e Laval, “O interesse do discurso de Aubrey é o fato de referir essa nova figura do homem a um conjunto de técnicas práticas que os indivíduos têm à disposição para chegar a essa nova forma de sabedoria que é o ‘desenvolvimento autogerado da empresa de si mesmo’” (2016, p. 337).

o indivíduo não deve mais se ver como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço em um mercado” (Idem, p. 335). Assim, empregado ou *selfemployed*, o indivíduo vai exigir de si mesmo o máximo de produtividade, não para atender a objetivos externos, mas para que a “empresa de si mesmo” seja um sucesso no mercado e, por conseguinte, promova a sua realização pessoal.

Em tese, ganham o mercado e o indivíduo. Mas a que preço o indivíduo se torna empresa de si mesmo? De fato, ele é empresa de si? Ou essa ideia é apenas uma ilusão da qual o mercado tira vantagens? Ao se ver como “empresa de si mesmo” o indivíduo é conduzido a cobrar-se cada vez mais a dar respostas satisfatórias a alguém, ao mercado, aos concorrentes, a si mesmo. Concomitantemente, desaparece a proteção social ao trabalho e a subjetividade do trabalhador deve ser tão somente contábil, caso queira ele mesmo proteger-se, uma vez que é sua responsabilidade. Seus algozes tornaram-se seus clientes. Assim, ele já não reivindica direitos, não protesta, não vê o empregador ou o mercado como opositores, porque não há desigualdade, não há classe social, tampouco contradição.

O indivíduo – “empresa de si mesmo” – e a empresa capitalista são supostamente idênticos, pois ambos têm os mesmos objetivos, embora na prática a empresa capitalista, em alguns casos, enriqueça com o trabalho da primeira. E, em outros, por vias abertas pelo Estado, a empresa mesmo sem participar da dinâmica da acumulação é incluída no circuito de reprodução do capital, que se encarrega de reduzir seus ínfimos rendimentos, ao tempo que empobrece o sujeito na sua humanidade. Sob essa lógica em que as classes parecem desaparecer, a empresa de si mesmo não tem pertencimento. “A empresa de si mesmo” é uma ‘entidade psicológica e social e mesmo espiritual’ ativa em todos os domínios e presente em todas as relações”. O individualismo faz com que a chamada “empresa de si mesmo” exista solitária e individualmente, “e toda atividade do indivíduo é concebida como um *processo de valorização do eu*” (AUBREY *apud* LAVAL; DARDOT, p. 335).

Evidentemente, o *processo de valorização do eu* é um eufemismo. É uma forma sutil de conduzir o trabalhador a doar-se inteiramente ao trabalho

e enfrentar todos os riscos da atividade econômica, em razão do fim capitalista. E como estamos na sociedade da informação, cabe aos poderes públicos apenas oferecer informações confiáveis, para que o sujeito, individual e solitariamente, faça suas “escolhas”.

Sob essa lógica, a responsabilidade do indivíduo é ilimitada. De posse das informações, ele é responsável pelos riscos e pelas escolhas. Desde que sejam oferecidas informações confiáveis sobre o mercado de trabalho, o sistema educacional, o sistema de saúde, os direitos etc., a escolha fica a cargo de cada indivíduo, como se, por exemplo – para citar só o mais básico dos direitos –, o acesso à saúde fosse um direito universal. Pode-se chamar de escolha o ato que, na maioria dos casos, é mediado pelo dinheiro?

E no que tange ao empreendedorismo? O ingresso ao mercado de trabalho não é uma mera questão de vontade, uma ideia, um projeto. A realização do projeto requer recursos, espaço econômico favorável, fatores que não caem do céu nem são ofertados pelos órgãos de apoio ao empreendedorismo. Como escolher em situações nas quais os critérios objetivos nem sequer permitem o ingresso do indivíduo? A escolha, sobretudo para os mais pobres, inscreve-se em critérios compatíveis com o seu nível de miserabilidade. Para ser coerente com a tal *valorização do eu*, só uma minoria pode escolher. Mas o discurso corrente quer fazer crer que todos podem, basta querer. Convenhamos, pelo menos na arte de prometer, o neoliberalismo revela continuidade com o liberalismo.

Considerações Finais

Mais ou menos elaboradas as ideias, vamos pisar no chão do cotidiano, onde se movem os afetos, as emoções, as tristezas e as alegrias, sentimentos que decorrem de inúmeras objetivações, que respondem pela subjetividade no seu sentido mais amplo. Sobre a nossa subjetividade, uma afirmação podemos fazer: ela é, sem dúvida, burguesa, liberal. Em sendo assim, a noção de posse parece estar inscrita no nosso DNA, tanto que pode ser verificada desde a mais tenra infância. Antes do verbo os gestos já a

expressam. Seria isso confissão de culpa de uma marxista? Certamente, não. É só um preâmbulo para chegarmos ao que nos interessa.

Acreditamos poder afirmar que nenhum de nós teve a disciplina Empreendedorismo no ensino fundamental. Isso, no entanto, por mais que tenhamos lido Marx e marxistas, não produziu em nós uma subjetividade comunista, mesmo que o sejamos intelectualmente. De vez em quando, a realidade burguesa nos arranca o espírito revolucionário e nos faz agir como capitalistas. Ora, a utopia revolucionária não nos torna imunes às determinações do capital. Pois bem, cá estamos nós – sem que fosse essa a intenção – a demonstrar que o conhecimento não é variável fundamental desta sociedade. “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1984, p. 23).

Mas retomemos o fio da conversa. Se sem empreendedorismo no currículo, do fundamental ao superior, como quer o Estado brasileiro, nós não escapamos à subjetividade burguesa, o que podemos prever das crianças que receberão essa formação e que prestarão exames, cuja aprovação vai premiar sobretudo o seu individualismo, a sua racionalidade financeira? O que esperar das crianças nas quais se quer produzir uma subjetividade contábil? Como será o mundo povoado por “empresas de si mesmo”? Com isso, não estamos ignorando a falta de solidariedade, os preconceitos de toda natureza, a hipocrisia e a mentira quase generalizadas que perpassam a sociedade que conhecemos. Ao contrário, é a partir dessas verdades que queremos atentar para o significado do empreendedorismo como formação. No nosso entender, a formação de um individualismo produtor de monstros.

No Brasil, imensas somas estão sendo gastas pelo Estado para que a ideia do empreendedorismo seja incorporada pela população. Quase todos os programas de televisão encontram uma forma de propagandear as vantagens do empreendedorismo. O modo como isso é tratado, nem de longe faz as pessoas perceberem o quanto se investe na disseminação em altas doses de individualismo e de concorrência, em detrimento de projetos essenciais. Os trabalhadores, já gravemente atingidos pelo rigor das determinações capitalistas, são ainda mais fragilizados porque não encontram apoio no Estado, cuja função, principalmente na atual fase do

neoliberalismo, é, predominantemente, “administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa”, tal como Marx e Engels (1996, p. 7) asseveraram no *Manifesto*. Isso não significa que em qualquer tempo o Estado não tenha existido em função da classe dominante, contudo, alguns governos fizeram uma ou outra concessão aos pobres. Hoje, o que se constata é uma orquestração dos trabalhadores para, em seu próprio prejuízo, justificar a exploração e a expropriação, preferencialmente tornando seus os objetivos do mercado.

Como dissemos inicialmente, não foram poucas as mudanças. Fazem parte da constante incerteza desse sistema, que parece perfeito, mas cujo fim está sempre a requerer mudanças. Às vezes, como um passageiro cansado que muda de lado e depois volta ao mesmo lado em que estava antes. Certo é que “Tudo o que era sólido e estável se dissolve no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são enfim obrigados a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações recíprocas” (MARX; ENGELS, 1998, p. 8). Como vimos, mudanças apenas formais. “O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se. Esse é, em geral, o método com o qual as contradições reais se resolvem” (MARX, 1983, p. 93).

Diríamos, para concluir, que nesta fase do desenvolvimento capitalista os métodos extraeconômicos vêm à tona. Mas esses não apelam à violência, como ocorreu no período da acumulação primitiva. Agora, perscrutam-se as emoções dos sujeitos que se quer atingir. Sorteia-se, escolhe-se alguém a quem são aplicadas as mais diversas técnicas, para que se obtenha uma determinada reação e, desse modo, milhões de outros sujeitos sejam atingidos. Para isso, usam-se rostos bonitos, cenários perfeitos, iluminação adequada, palavras doces, abraços, lágrimas, enfim, um conjunto de fatores emocionais que resulta na maneira certa para imprimir a subjetividade que o capital precisa produzir.

Graças a essas estratégias, mais e mais sujeitos vão sendo engolidos pela ideia do empreendedorismo, que, para muitos, restringe-se a um trabalho informal de mera sobrevivência. Aliás, em uma fase anterior do capitalismo, essa forma de atividade era considerada absolutamente

descartável, dado que não tinha nenhuma ligação com a chamada economia formal. Atualmente, a transfiguração do trabalhador em empresa obriga esse “novo sujeito” a se relacionar com o Estado e com bancos, donde deriva a sua importância. Nesse novo patamar, o Estado, na sua infinita bondade, incluiu os pobres trabalhadores informais no circuito da reprodução do capital.

A nós parece não haver dúvida que, malgrado a novidade da “empresa de si mesmo”, capital e trabalho continuam a ser as variáveis fundamentais desta sociedade, com um agravante: o enriquecimento resultante da relação entre capital e trabalho não precisa se dar, necessária e obrigatoriamente, na esfera da produção, pela exploração direta da mais-valia; tampouco a expropriação precisa aplicar métodos violentos. A “empresa de si mesmo”, que já cumpre a função de expropriar até os trabalhadores mais pobres na esfera financeira, ainda se encarrega de suprimir certas ideias que possam jogar contra o individualismo, princípio burguês da maior importância nesse momento histórico. E faz tudo isso levando os sujeitos a acreditar que estão a escolher, que nada lhes foi imposto. Pobres-diabos! Não sabem que “só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o capital” (MARX; ENGELS, 1998, p. 12).

REFERÊNCIAS

DARDOT, P; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.

KUMAR, K. *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1997.

LÉNINE, V. I. *O Estado e a Revolução*. Edições Avante! Lisboa, 2011.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1983, vol. I, Tomo 1

_____. *O Capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1984, vol. I, Tomo 2

MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Moraes, 1984.

SILVA, J. G. S. “*Cenas Alagoanas na Informalidade de Rua: um olhar sobre os vendedores ambulantes do semiárido alagoano*”. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, UERJ, 30 de março de 2017.

TAVARES, M. A. *Os Fios (In)visíveis da Produção Capitalista: informalidade e precariedade do trabalho*. São Paulo, Cortez, 2004.